

GE Farol S.A.

CNPJ nº 12.723.335/0001-17

**RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO
e
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	30
Parecer do Conselho Fiscal	32

AOS ACIONISTAS

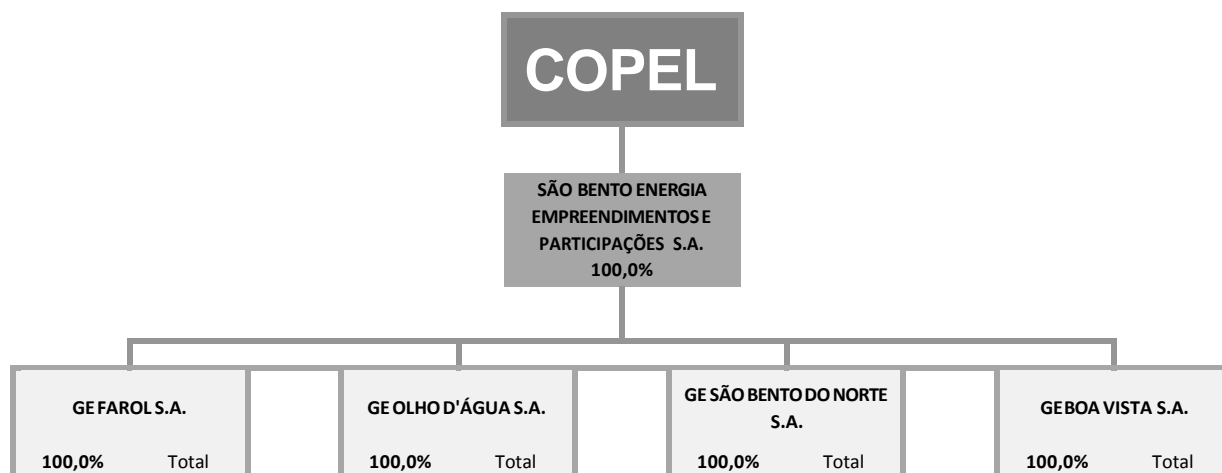
A administração da GE Farol S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A GE DENTRO DO GRUPO SÃO BENTO ENERGIA

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

POSIÇÃO EM 31/12/2014



AQUISIÇÃO DO PARQUE EÓLICO

Em 16 de outubro de 2014 a COPEL adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, a partir do dia 25 de fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Parque Eólico.

Localizado no Rio Grande do Norte, o parque possui uma capacidade instalada de 20,0 MW e garantia física de 10,1 MW médios.

A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R\$ 133,97/MWh.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

	31.12.2014	31.12.2013
Ativo Circulante	18.948	9.614
Passivo Circulante	17.188	15.407
Passivo Não Circulante	54.767	53.572
Receita Operacional Líquida	25.175	5.687
Custos e Despesas Operacionais	(7.114)	(3.395)
Resultado Financeiro	(3.348)	(1.159)
Patrimônio Líquido	37.646	27.048
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	13.610	293

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

São Bento do Norte/RN, 09 de abril de 2015

Dilcemar de Paiva Mendes
Diretor Presidente

GE Farol S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.259	3.431
Outros investimentos	9	-	4.233
Contas a receber e outros recebíveis	10	3.631	1.744
Impostos e contribuições a recuperar		58	138
Despesas antecipadas		-	68
Total ativo circulante		18.948	9.614
Realizável a longo prazo			
Não circulante			
Contas a receber e outros recebíveis	10	5.937	-
		5.937	-
Imobilizado	11	84.716	86.413
Total ativo não circulante		90.653	86.413
Total do ativo		109.601	96.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.
Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	10.067	11.234
Financiamentos	13	3.879	3.879
Dividendos a pagar	17d	3.012	-
Obrigações fiscais		48	138
Imposto de renda e contribuição social a pagar		182	156
Total passivo circulante		<u>17.188</u>	<u>15.407</u>
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	11	-
Financiamentos	13	54.756	53.572
Total passivo não circulante		<u>54.767</u>	<u>53.572</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		27.976	27.976
Reservas e prejuízos acumulados		9.670	(928)
Total do patrimônio líquido		<u>37.646</u>	<u>27.048</u>
Total do passivo		<u>71.955</u>	<u>68.979</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>109.601</u>	<u>96.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Receitas operacional líquida	18	25.175	5.687
Custo de vendas e serviços	19	(6.296)	(1.636)
Lucro bruto		18.879	4.051
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	19	(818)	(1.759)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		18.061	2.292
Receitas financeiras	20	956	212
Despesas financeiras	20	(4.304)	(1.371)
Resultado financeiro líquido		(3.348)	(1.159)
Resultado antes dos impostos		14.713	1.133
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.103)	(211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	(629)
Resultado do exercício		13.610	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31.12.2014	31.12.2013
Resultado do exercício	13.610	293
Resultado abrangente total	13.610	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		Capital		Reservas de Lucro			Total do	
	Nota	Capital social	a integralizar	Subscrito e integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	patrimônio líquido	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	17	15.023	(1.740)	13.283	-	-	(1.221)	12.062
Aumento de capital		12.953	(10.561)	2.392	-	-	-	2.392
Integralização de capital		-	12.301	12.301	-	-	-	12.301
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	293	293
Saldos em 31 de dezembro de 2013	17	27.976	-	27.976	-	-	(928)	27.048
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	13.610	13.610
Reserva legal		-	-	-	634	-	(634)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(3.012)	(3.012)
Retenção de lucros		-	-	-	-	9.036	(9.036)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	17	27.976	-	27.976	634	9.036	-	37.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Resultado do exercício		13.610	293
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	629
Depreciação e amortização		4.422	1.471
Juros sobre atualização de outros investimentos		-	(206)
Juros incorridos de financiamentos		4.237	1.362
Imposto de renda e contribuição social provisionados		1.103	211
		<u>23.372</u>	<u>3.760</u>
Aumento em contas a receber e outros recebíveis		(1.887)	(1.740)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		80	(120)
Redução (aumento) em despesas antecipadas		68	(47)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar		(1.156)	1.083
Redução em obrigações fiscais		(90)	(182)
Juros pagos de financiamentos		(1.790)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.077)	(55)
		<u>17.520</u>	<u>2.699</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	25b	(2.725)	(52.529)
Outros investimentos		4.233	9.825
		<u>1.508</u>	<u>(42.704)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) ativ.de investiment			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos tomados		300	28.370
Financiamentos pagos		(1.563)	-
Ingressos de Mutuo		(5.937)	-
Aumento de capital		-	14.693
		<u>(7.200)</u>	<u>43.063</u>
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente de ativ.de financiamento			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>11.828</u>	<u>3.058</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		3.431	373
		<u>15.259</u>	<u>3.431</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			
	25a	<u>15.259</u>	<u>3.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas	26.054	5.900
Venda de energia elétrica	26.054	5.900
Insumos adquiridos de terceiros (inclui PIS e COFINS)	(2.573)	(1.915)
Custos dos serviços prestados	(1.703)	(152)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(870)	(1.763)
Valor adicionado bruto	23.481	3.985
Depreciação e amortização	(4.422)	(1.472)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	980	212
Receitas financeiras	956	212
Outras receitas e despesas	24	-
Valor adicionado total a distribuir	20.039	2.725
Pessoal	-	8
Remuneração direta	-	8
Impostos, taxas e contribuições	2.126	1.053
Federais	1.982	1.053
Municipais	144	-
Remuneração de capitais de terceiros	4.303	1.371
Juros	4.239	1.371
Outras	64	-
Remuneração de capitais próprios	13.610	293
Resultado do exercício	13.610	293
Valor adicionado total distribuído	20.039	2.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de São Bento do Norte, Rio Grande do Norte, na Fazenda Boa Vista 1C, Estrada RN 120, parte, CEP 59.590-000, e tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas e comercialização de energia elétrica.

Para a produção de energia, existem contratos firmados de compra e venda de energia no ambiente regulado (CCEARs), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado em agosto de 2010 vendido para distribuidoras por um prazo de 20 anos, a partir de setembro de 2013.

A Companhia tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei. Em 31 de dezembro de 2014, a GE Farol S.A. possui a licença de operação nº 2013-06299/TEC/LO-0403, emitida pelo IDEMA, com validade até 06 de junho de 2017, para operação como central geradora eólica com potência de 20 MW/h com 10 aerogeradores.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 09 de abril de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7 e 6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 – teste por redução ao valor recuperável: principais premissas dos custos subjacentes dos valores recuperáveis; e
- Nota explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 14 - instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- (a) ICPC 19/ IFRIC 21 – Tributos;
- (b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (c) OCPC 7 – Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Receita operacional

A receita das operações é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e de que os custos associados possam ser mensurados de maneira confiável.

De acordo com o contrato de energia no âmbito da CCEE, desde que verificado pela ANEEL, o atraso da entrada em operação das instalações de distribuição ou transmissão da rede básica, necessárias para o escoamento da produção de energia, não exime as contrapartes das obrigações dos pagamentos constantes no contrato, desde que as geradoras estejam em condições de entrar em operação comercial. Desta forma, a Companhia, mediante despacho da ANEEL nº 3.321 de 01 de outubro de 2013, entrou em operação comercial, com data retroativa a 1º de setembro de 2013 e iniciou o faturamento e o reconhecimento da receita.

(b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias; e
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

(c) Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240) e a contribuição social à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes, calculadas sobre o lucro presumido tributável às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instrumentos de medição de vento 20 anos
- Parque eólico 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

(f) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(g) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(h) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

(i) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações

financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos	7.694	186
Aplicações financeiras	7.565	3.245
Total	15.259	3.431

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

As aplicações financeiras correspondem a quotas de fundo de investimento prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com remuneração média de 95% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota explicativa nº 14.

9 Outros investimentos

Correspondem às aplicações financeiras classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, sendo que no ano de 2013 a rentabilidade média foi de 102,47% do CDI, com previsibilidade de resgate imediato.

Esses recursos foram utilizados para pagamento dos investimentos do ativo imobilizado (parque eólico).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e a taxa de juros está divulgada na nota explicativa nº 14.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Partes relacionadas	15	5.937	-
Contas a receber a faturar		3.631	1.738
Contas a receber faturado		-	2
Outras contas a receber		-	4
Total		<u>9.568</u>	<u>1.744</u>
Ativo circulante		3.631	1.744
Ativo não circulante		5.937	-

Os valores faturados e a faturar pela Companhia equivalem a parcelas fixas mensais definidas no contrato de comercialização de energia no ambiente regulado, com atualização monetária anual do IPCA, respeitando o prazo mínimo de 12 meses.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 14.

11 Imobilizado

	Instrumento de medição do vento	Parque eólico	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo					
Saldo em 1º janeiro de 2013	-	-	16.719	10.276	26.995
Adição	123	-	10.936	49.830	60.889
Transferências	-	87.761	(27.655)	(60.106)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	123	87.761	-	-	87.884
Adição	-	-	-	2.725	2.725
Transferências	-	2.725	-	(2.725)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	123	90.486	-	-	90.609
Depreciação					
Saldo em 1º janeiro de 2013	-	-	-	-	-
Adição	(11)	(1.460)	-	-	(1.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(11)	(1.460)	-	-	(1.471)
Adição	(24)	(4.398)	-	-	(4.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(35)	(5.858)	-	-	(5.893)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	112	86.301	-	-	86.413
Em 31 de dezembro de 2014	88	84.628	-	-	84.716

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

12 Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações com subempreiteiro		6.962	6.934
Fornecedores		-	1.095
Partes relacionadas	15	128	228
Outras contas a pagar		2.988	2.977
Total		10.078	11.234
Passivo circulante		10.067	11.234
Passivo não circulante		11	-

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 14.

13 Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 14.

<u>Linha de crédito</u>	<u>Nota</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros a.a.</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
BNDES FINEM	15	TJLP	2,34%	2015 a 2030	58.635	57.451
Passivo circulante					3.879	3.879
Passivo não circulante					54.756	53.572

Em 19 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$ 54.100.

O objetivo desta captação é de implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,34% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de julho de 2014.

O valor do principal será amortizado em 192 prestações mensais, com início em 15 de julho de 2014, até 15 de julho de 2030.

As principais garantias deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor de ações de emissão da Companhia, pertencentes à sua acionista São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A;
- Cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica; e
- Cessão fiduciária de todas as máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos originados deste contrato de financiamento.

14 Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31.12.2014	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	meio de resultado	Valor justo por Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	7.565	-	-	7.565	-	7.565	-	7.565
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.694	-	7.694	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	9.568	-	9.568	-	-	-	-
Total	-	17.262	-	17.262	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Financiamentos	-	-	58.635	58.635	-	58.635	-	58.635
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	10.078	10.078	-	-	-	-

31.12.2013	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	meio de resultado	Valor justo por Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	3.245	-	-	3.245	-	3.245	-	3.245
Outros investimentos	4.233	-	-	4.233	-	4.233	-	4.233
Total	7.478	-	-	7.478	-	7.478	-	7.478
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	186	-	186	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	1.744	-	1.744	-	-	-	-
Total	-	1.930	-	1.930	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Financiamentos	-	-	57.451	57.451	-	57.451	-	57.451
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	11.234	11.234	-	-	-	-

(b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2014.

(c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentadas abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.259	3.431
Outros investimentos	9	-	4.233
Contas a receber e outros recebíveis	10	9.568	1.744
Total		<u>24.827</u>	<u>9.408</u>

O principal mitigador do risco de crédito no contrato de comercialização de energia, de caráter irrevogável e irretratável, é a possibilidade de resolução do pleno direito na hipótese de inadimplência, sem perdas das obrigações devidas até a data do distrato, acrescidas de indenização limitada a um ano de faturamento.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela diretoria executiva, respeitando limites de créditos definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores e outras contas a pagar	12	10.078	11.234
Financiamentos	13	58.635	57.451
Total		68.713	68.685
Passivo circulante		13.946	15.113
Passivo não circulante		54.767	53.572

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Fluxo							
	Valor contábil	de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 186 meses
31.12.2014								
Financiamentos	58.635	85.908	7.561	7.290	6.688	6.757	6.452	51.160
Fornecedores e outras contas a pagar	10.078	10.078	10.067	11	-	-	-	-
	Fluxo							
	Valor contábil	de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 192 meses
31.12.2013								
Financiamentos	57.451	88.455	3.879	7.420	7.156	6.571	6.638	56.791
Fornecedores e outras contas a pagar	11.234	11.234	11.234	-	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	Valor contábil	
		31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	8	7.565	3.245
Outros investimentos	9	-	4.233
Contas a receber	10	3.631	1.740
Passivos financeiros			
Financiamentos	13	58.635	57.451

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de aplicações financeiras, recebíveis e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumento	Exposição em 2014	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação de índice em 25%		Elevação de índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	7.565	CDI	10,77	13,46	203	16,16	408
Recebíveis contrato de concessão	3.631	IPCA	12,50	15,63	114	18,75	227
Passivos financeiros							
BNDDES - FINEM	(58.635)	TJLP	7,84	9,80	(1.149)	11,76	(2.298)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					<u>(832)</u>		<u>(1.663)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumento	Exposição em 2014	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução de índice em 25%		Redução de índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	7.565	CDI	10,77	8,08	(203)	5,39	(408)
Recebíveis contrato de concessão	3.631	IPCA	12,50	9,38	(114)	6,25	(227)
Passivos financeiros							
BNDDES - FINEM	(58.635)	TJLP	7,84	5,88	1.149	3,92	2.298
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					<u>832</u>		<u>1.663</u>

Fontes: a informação do IPCA foi extraída do BACEN, CDI da CETIP e a TJLP da Receita Federal, na data-base do último dia útil de dezembro de 2014.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	31.12.2014	31.12.2013
Total do passivo	71.955	68.979
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(15.259)	(3.431)
Dívida líquida (A)	56.696	65.548
 Total do patrimônio líquido (B)	 37.646	 27.048
 Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	 1,51	 2,42

15 Partes relacionadas

(a) Controladora

A parte controladora da Companhia é a São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., cuja controladora final era até outubro de 2014 a Galvão Participações S.A. e a partir dessa data passou a ser a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, onde essas demonstrações financeiras serão consolidadas.

(b) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado nos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(nota 10)	(nota 10)	(nota 12)	(nota 12)		
Em fornecedores e outras contas a pagar						
São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. (a)	5.937	-	128	166	(412)	(315)
Galvão Engenharia S.A. (a)	-	-	-	11	(11)	(11)
Galvão Participações S.A. (a)	-	-	-	51	(649)	(641)
	5.937	-	128	228	(1.072)	(967)
 Em financiamentos			(nota 13)	(nota 13)		
BNDES FINEM (b)	-	-	3.879	3.879	(4.237)	(1.364)
 Não circulante						
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
			(nota 13)	(nota 13)		
Em financiamentos						
BNDES FINEM (b)	-	-	54.756	53.572	-	-

- (a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. A Galvão Engenharia S.A. e a Galvão Participações S.A. eram partes relacionadas até outubro de 2014.
- (b) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

A Companhia não possui remuneração de diretores, benefícios pós-emprego ou outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

16 Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, considera os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia não possui registros de demandas judiciais ou extrajudiciais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 está representado por 27.976.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (idêntico em 2013), pertencentes ao seguinte acionista:

	Em % de participação	
	31.12.2014	31.12.2013
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.	100%	100%

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. O detentor de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (d).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos

Conforme estatuto, a acionista tem direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

18 Receita operacional líquida

	31.12.2014	31.12.2013
Receita faturada	22.423	4.163
Receita a faturar	3.631	1.738
(-) Impostos sobre receita	(878)	(214)
Total	25.175	5.687

19 Custos e despesas por natureza

Custos	31.12.2014	31.12.2013
Depreciação e amortização	(4.330)	(1.460)
Materiais	(186)	(176)
Serviços contratados	(668)	-
Outros custos	(1.112)	-
Total dos custos	(6.296)	(1.636)

Despesas administrativas	31.12.2014	31.12.2013
Serviços contratados	(152)	(266)
Depreciação e amortização	(92)	(11)
Despesas com pessoal	-	(8)
Outras despesas	(574)	(1.474)
Total das despesas administrativas	(818)	(1.759)

20 Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Juros de aplicações financeiras	858	206
Outras receitas financeiras	98	6
Total	956	212

Despesas financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Juros incorridos	(4.237)	(1.364)
Outras despesas financeiras	(67)	(7)
Total	(4.304)	(1.371)

Resultado financeiro líquido	(3.348)	(1.159)
-------------------------------------	----------------	----------------

21 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2013, com base na estimativa dos planos de negócio, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, no montante de R\$ 629, considerando que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis para compensar tais perdas.

Em 2014, com a adoção do regime de apuração do Lucro Presumido, foi realizado o estorno dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados reconhecido no exercício anterior.

22 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Risco operacional	81.788	1.000
Responsabilidade geral civil	20.000	-
Total	<u>101.788</u>	<u>1.000</u>

23 Compromissos

i. Contratos de venda de energia

Refere-se ao fornecimento de energia elétrica à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme contrato firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O contrato prevê o fornecimento de 1.595.411,99 MW, durante o período de 20 anos.

24 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e de saldos em poder de bancos.

b) Imobilizado

Durante o exercício de 2013 a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 60.889 dos quais R\$ 8.360 foram adquiridos de fornecedores subempreiteiros e custos de empréstimos capitalizados líquidos.

26 Eventos subsequentes

Em 2015 a Companhia efetuou compra de energia no Mercado Livre para suprir com suas necessidade de entrega conforme Contrato de Fornecimento e regras da CCEE para lastrear seus contratos de venda de energia no Leilão LFA 2010. Tal fato decorreu do atraso na entrada em operação comercial do parque eólico.

Em 25 de fevereiro de 2015 a Companhia iniciou suas operações, sendo a partir dessa data capaz de honrar com seus compromissos contratuais.

Diretoria:

Dilcemar de Paiva Mendes
Claumir Corsi Rodrigues
Fabio Antonio Dallazem

Contador

Ademilson Rodrigues dos Santos
CRC/PR nº PR-048673/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas
da **GE Farol**
S.A.

São Bento do Norte – Rio Grande do Norte

Examinamos as demonstrações financeiras da GE Farol S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

GE Farol S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 09 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Os membros do Conselho Fiscal da GE Farol S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 09 de abril de 2015

MARCO AURELIO MAESTRELLI DA SILVA
Presidente do Conselho

ARTUR FELIPE FISCHER PESSUTI
Conselheiro

BRENO PASCUALOTE LEMOS
Conselheiro